

HEITOR LEVY FERREIRA PRAÇA

**PARA ALÉM DA CONSERVAÇÃO - UM ESTUDO SOBRE A
TERRITORIALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS PARQUES NACIONAL DO
ITATIAIA E ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO**

Viçosa
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE GEOGRAFIA

**PARA ALÉM DA CONSERVAÇÃO - UM ESTUDO SOBRE A
TERRITORIALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS PARQUES NACIONAL DO
ITATIAIA E ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO**

Monografia de Conclusão do Curso de
Graduação em Geografia, apresentado à
disciplina GEO 481 – Monografia e
Seminário, como exigência parcial.

Bacharelado: Heitor Levy Ferreira Praça

Orientador: Leonardo Civale

Viçosa
2006

AGRADECIMENTO

Ao meu pequeno núcleo familiar, que proporcionou grande parte das condições necessárias à formação privilegiada que considero ter, tanto em termos morais quanto materiais.

À grande família encontrada ao longo de minha jornada de vida, composta de irmãos e irmãs preciosos, os quais também considero importantíssimos na escolha dos caminhos que tenho seguido.

À sociedade brasileira, que me permitiu cursar uma universidade pública através dos impostos pagos, muitas vezes a duras penas.

Ao meu orientador Leonardo Civale por toda a atenção dedicada a este trabalho, e mais do que isso, pela orientação de toda a minha formação acadêmica, tenha ela sido consciente ou não.

À equipe do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, onde trabalhei como estagiário, e em especial a Verônica Rocha Bonfim, coordenadora do projeto, pelo grande aprendizado proporcionado.

E a todas as pessoas que contribuíram com o fornecimento dos dados apresentados nesta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos raros mestres docentes, e aos inúmeros mestres discentes, agricultores, artistas populares, prestadores de serviços etc, que tive o prazer de conhecer ao longo dos meus anos de vida. Considerando que mestres são aqueles com quem tive um profícuo aprendizado, e que concomitantemente, se permitiram comigo aprender, assim a relação não é de mestre e discípulo, e sim de mestre e mestre.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Delimitação do tema.....	6
1.2. Formulação do problema.....	8
2. METODOLOGIA.....	11
3. DO TERRITÓRIO TRADICIONAL ÀS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES.....	13
4. A QUESTÃO AMBIENTAL E OS PARQUES.....	19
4.1. Os movimentos ambientalistas	20
4.2 As Unidades de Conservação.....	24
5. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DOS PARQUES	28
5.1. O Parque Nacional do Itatiaia - PNI.....	28
5.2. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB.....	30
6. CONCLUSÃO.....	36
Bibliografia:	39
Anexo	43

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou a ser estruturada no início deste ano, por ocasião da necessidade do trabalho de conclusão de curso. Contudo, sua data de concepção não pode ser claramente estabelecida, posto que os questionamentos aqui apresentados sejam fruto de um longo processo de amadurecimento, tanto do ponto de vista acadêmico quanto das relações estabelecidas no âmbito da vida cotidiana, ocorrido ao longo dos últimos cinco anos (período do curso de graduação), e provavelmente, desde antes disso.

Como o título do trabalho aponta, tratamos da compreensão dos problemas ambientais e suas possíveis (?) soluções (mais especificamente, a criação de unidades de conservação), associados às questões territoriais, ou seja, aquelas que concernem à apropriação do espaço, em suas diversas formas. Desse modo faz-se necessário delimitar mais precisamente o tema; e explanar como se deu o amadurecimento dos questionamentos relacionados a esta temática até que eles se configurassem como o problema aqui abordado, bem como o método utilizado nesta abordagem.

1.1. Delimitação do Tema

A criação de áreas de reserva é uma política territorial utilizada pelo Estado brasileiro desde o ano de 1937 (quando da criação do Parque Nacional do Itatiaia na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais), até os dias atuais. Sem dúvida, ao longo deste período, houve muitas modificações na concepção desta política, acompanhando a transformação do contexto mundial na direção de uma economia globalizada.

Nas primeiras décadas do século passado, o debate sobre a conservação da natureza era praticamente inexistente no Brasil, sobretudo porque a discussão que polarizava as opiniões girava em torno da necessidade de um projeto de industrialização.

Nesse período, a economia essencialmente agrícola, baseada no cultivo do café (além de outros gêneros), poucos anos de trabalho livre e assalariado, a atividade industrial pouco desenvolvida e o território nacional não-integrado; bem como, a política de governo do “café com leite”, colocavam o país na condição de economia

exportadora de matérias-primas e alimentos, e importadora de produtos industrializados, funcionando como uma economia complementar às economias da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (SANTOS, 2002).

Com as transformações políticas produzidas pela Revolução de 30, a opção para o desenvolvimento do país, foi a substituição de importações através da industrialização. Era importante criar capacidade de produzir no próprio país os gêneros industriais necessários, intensificar as relações assalariadas e ampliar o mercado consumidor interno, além de acelerar o processo de urbanização. Hoje, porém, as virtudes de uma análise retrospectiva sobre o processo de industrialização nos revelam que, além de não tirar o país da condição de subdesenvolvimento, ele reproduziu a estrutura de uma economia complementar e, acentuou sobremaneira, a degradação e a superexploração dos recursos naturais.

A criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937, no Vale do Paraíba onde a mata atlântica já vinha sendo devastada para o monocultivo do café desde o fim do século XVIII, já apontava para a problemática da conservação, mas a escassez de recursos ainda era uma realidade local e, de modo geral, a questão ambiental não era ainda, por assim dizer, percebida como um problema. As principais justificativas para a criação eram, o “inesgotável potencial para pesquisas as mais diversas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica, após o trabalho exaustivo nas cidades” (IBAMA, 1989), que como podemos ver não trata do debate sobre os limites do desenvolvimento.

Nas décadas do final do século XX, no contexto social de um mundo globalizado sob a égide do capitalismo, mesmo as regiões periféricas, como o Brasil, já haviam vivenciado a experiência do processo de industrialização e, conseqüentemente, uma urbanização desigual e caótica. Esse processo, marcado por intensas inovações técnicas trouxe à tona questões que até então pareciam pouco importantes e que adquiriram importância central no debate contemporâneo. Assim, a questão da finitude dos recursos naturais e dos limites do crescimento apresenta-se na ordem do dia. Esse processo, se por um lado potencializa os limites ambientais, por outro produz o amadurecimento do pensamento ambiental.

A denúncia dos limites é apresentada por ambientalistas ou ecologistas, não somente na escala global da viabilidade da sobrevivência humana, mas também na escala das políticas territoriais. Esse movimento provocou a busca de alternativas ambientalistas e conservacionistas. A criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

– MG, criado na década de 1990, é um bom exemplo, sendo considerado o primeiro parque criado de forma participativa.

O parque, atualmente, não se limita a ser presente num dado espaço como manifestação do poder do Estado – responsável pela regulação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC`s) – enquanto ferramenta de organização do território, pois há uma série de pessoas que acabam por ser prejudicadas, ou por se beneficiar deste “cercamento” (empresários do turismo, especuladores imobiliários, entidades ambientalistas, populações de entorno ou de dentro das áreas etc.).

1.2. Formulação do problema

Pode-se considerar que a problemática ambiental começa a tomar minhas preocupações durante a juventude, vivida na virada do milênio. Nestes anos, a difusão destas preocupações era (como ainda é, e cada vez mais) bastante difundida na sociedade como um todo, desde os cidadãos leigos a diversos grupos e organizações que trabalham diretamente com esta temática, além de uma série de políticas públicas voltadas para a conservação do meio ambiente, e pode-se mesmo dizer, em algumas áreas, um debate bastante “amadurecido”.

Neste momento eu me encaixava na categoria dos leigos, com grandes pretensões de conhecer mais e até mesmo de solucionar problemas ambientais, superar práticas sociais degradantes, viver de maneira harmoniosa com a natureza, me auto-sustentar no campo etc. Claramente um entendimento romântico. Uma falsa utopia mal desenhada, pois seus contornos eram ainda indefinidos, e sua característica fundamental absolutamente ignorada, uma vez que não era vista como inalcançável. Nada de muito surpreendente, em se tratando de um adolescente.

A partir deste ponto é que, através de reflexões baseadas em estudos acadêmicos e experiências práticas da vida social, a problemática começa a se desvelar diante de meus olhos, apresentando seus nós fundamentais e suas contradições intrínsecas. De modo que, hoje, o entendimento da questão é mais completo e realista, o que inclui saber que ainda há muito que conhecer e compreender.

Neste percurso há alguns eventos que devem ser ressaltados, pois tiveram forte influência na abordagem que faço. Dentre eles posso citar: os quatro cursos de

Permacultura¹, nos quais tive amplo contato com técnicas alternativas e, portanto com a crítica da sociedade industrial através da crítica de suas técnicas, bem como a aproximação e o desencantamento da vida comunitária; a participação em algumas disciplinas voltadas para a área ambiental, com destaque para o curso de “Unidades de Conservação”; o estágio em educação ambiental na Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso, que me mostrou o quão complexo é este tema e sua operacionalização, e o quão ineficiente esta atividade pode ser, uma vez desconectada do contexto político em que se insere; e o estágio no Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, onde participei do projeto de sistematização do histórico de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, podendo acompanhar de perto os conflitos associados a este processo; além de visitas (por motivos diversos) a outras unidades de conservação.

Concomitantemente a isso estavam sendo realizados os estudos relacionados à teoria da ciência geográfica, dentre os quais sempre me chamaram mais atenção aqueles referentes aos processos de apropriação do espaço, ou seja, processos territoriais. Num primeiro momento, no âmbito da Geopolítica, onde o foco de análise está nos Estados-Nação e suas formas de territorialização. Posteriormente, ampliando a compreensão do tema, com um entendimento do território (e suas derivações: territorialidade, des-re-territorialização etc) onde o termo assume um caráter muito menos estático, abrangendo diversas dimensões sociais (não apenas a político-administrativa) e diversas escalas (não apenas a do Estado moderno). (HAESBAERT, 2004)

Assim sendo, o “ambientalismo romântico” foi sendo desconstruído para que em seu lugar fosse colocada a abordagem da chamada Ecologia Política. Ficou clara a necessidade de, ao discutir, propor, ou mesmo por em prática, atitudes “ecológicas”, inter-relacioná-las com o contexto social (capitalista globalizado e localizado) (SANTOS, 2002) em que elas se inserem, considerando algumas das contradições contidas no discurso da preservação/conservação da natureza.

Em relação à criação de unidades de conservação (mais especificamente da categoria parque), que é a vertente das ações voltadas para o meio ambiente analisada

¹ Permacultura é um termo proveniente da união das palavras “cultura” e “permanente”, e foi apresentado pelos pesquisadores australianos David Holmgren e Bill Molinson. A ideia da Permacultura é criar sistemas sociais sustentáveis, abrangendo assim o estudo de temáticas variadas, desde as diversas vertentes da agricultura alternativa, passando por economia solidária e processos participativos, até o campo da bio-arquitetura e de sistemas de água e de energia renováveis.

neste trabalho, houve também uma considerável guinada. De uma postura que via esta política como sendo adequada e imprescindível à conservação, para aquela que observa não apenas diversos entraves à real efetivação deste objetivo, como também a geração de inúmeros “efeitos colaterais” decorrentes da criação e implantação destas unidades. Dentre eles destacam-se conflitos fundiários entre o poder público e grupos da sociedade civil, e também conflitos de interesses de uso na área de entorno, mas não apenas estes, pois uma vez considerada como um problema essencialmente territorial, a criação de áreas de reserva implica rebatimentos em todas as dimensões sociais, desde a econômica à dimensão mais simbólica. Por exemplo: enquanto uma dada área de mata atlântica pode significar, para o cientista, fonte de pesquisas, que lhe trarão prestígio e dinheiro; para um pequeno agricultor pode significar fonte de recursos (lenha, caça, mourões etc.) essenciais à vida cotidiana. No caso dos territórios parque, prevalece o significado do cientista, ao qual o agricultor deve se submeter.

Diante deste entendimento a questão começa a se delinear, pois sendo ela de natureza territorial, nos cabe perguntar: quem se apropria (ou tenta se apropriar) destas porções do espaço que são os parques e seus entornos? De que formas se dão essas apropriações? De que maneira elas se relacionam com os objetivos declarados dos parques? Todas estas são questões pertinentes, contudo não há condições de abordá-las aqui, tamanho o tempo e custo de uma pesquisa dessa magnitude.

Estando então com os questionamentos colocados, mas cômico das limitações que se me impõem na realização desta pesquisa, o problema estabelecido é o seguinte: como se deu a evolução, ao longo do século XX, da política de criação de parques no Brasil, sob o olhar da disputa territorial? E sua análise é feita a partir do estudo de duas unidades de conservação: o Parque Nacional do Itatiaia, por ser o primeiro (criado em 1937); e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (criado em 1996), por ser considerado como o primeiro a ser criado de maneira participativa. Embora este seja um termo controverso havendo, portanto controvérsias quanto a esta adjetivação, o debate sobre a participação nestes processos, por si só já aponta para alterações na disputa de poder sobre estas porções do espaço.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativo. Como bem caracterizado por Demo (1995, p.246), neste tipo de pesquisa “não se despreza a forma, mas vê-se nela um passo metodológico, não a finalidade. Queremos chegar aos conteúdos históricos, discuti-los, compreendê-los, criticá-los”. Para tanto, baseamo-nos numa análise documental, sobretudo para os dados secundários referentes aos processos de criação e implantação dos dois parques supracitados. Nesta análise levamos em conta, como não poderia deixar de ser, que:

aquilo que as pessoas decidem registrar, incluir ou deixar de fora, é informado pelas decisões que se relacionam ao ambiente social, político e econômico do qual são parte. (...) e não supor que os documentos são simplesmente artefatos neutros do passado (MAY, 2004, p.288)

Compreendendo esta limitação, foram realizadas também visitas de campo às duas UC's, com vistas a conhecer as comunidades de entorno, bem como a própria estrutura dos parques. As visitas de campo e as informações sobre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foram coletadas durante o estágio no CTA-ZM, no âmbito do projeto de sistematização participativa, desenvolvido ao longo do ano de 2005. E as visitas e coleta de dados primários no Parque Nacional de Itatiaia, foram realizadas durante o mês de julho deste ano. Estes dados foram obtidos através da observação direta e de entrevistas semi-estruturadas, onde “as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas” (MAY, 2004, p.148), com os gestores, conselheiros e moradores do entorno.

A escolha das pessoas entrevistadas no Parque Nacional do Itatiaia foi feita a partir de uma entrevista inicial com o coordenador de uso público da UC que, estando ciente do conteúdo da pesquisa, indicou alguns nomes de pessoas ligadas à implantação do parque e aos conflitos que ali se desenrolam. Algumas destas pessoas foram entrevistadas bem como terceiros, citados nestas entrevistas. A opção pelos entrevistados foi feita com base na relação de cada uma das pessoas com o parque, na minha disponibilidade de tempo, e na disponibilidade das pessoas indicadas de conceder a entrevista.

Em função destas condições, a coleta de dados relativos ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foi muito mais ampla, pois contamos com um documento que é fruto do trabalho de sistematização participativa desta experiência de criação e implantação, com duração de um ano, e do qual inclusive fiz parte. Este trabalho foi feito através do contato com diversas pessoas envolvidas no processo, seja por meio de entrevistas (realizadas com técnicos e lideranças comunitárias), seja por meio de encontros (realizados com as comunidades de entorno e com técnicos e lideranças)².

Estando ciente desta discrepância de análise entre os dois processos, procurou-se tomar muito cuidado com as aferições realizadas, embora este desafio já fosse reconhecido no problema proposto, posto que um dos processos ocorreu há cerca de 20 anos, enquanto que do outro nos separam quase 70 anos. Sendo muito mais acessíveis as informações e pessoas relativas ao PESB.

Acrescente-se a isso, uma revisão bibliográfica sobre: o conceito de território, a questão ambiental, as unidades de conservação e os movimentos ambientalistas. Constituindo assim o embasamento teórico da análise dos respectivos contextos (históricos e sociais) em que se inserem os processos de criação.

² Para maiores informações ver Bonfim (2006).

3. DO TERRITÓRIO TRADICIONAL ÀS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Todo e qualquer esforço de reflexão deve partir de um esclarecimento conceitual rigoroso, capaz de suprimir os equívocos e confusões acerca do tema tratado. Quando este tema é o território, e suas derivações (territorialidade, desterritorialização), esta tarefa torna-se ainda mais imprescindível, pois este conceito é amplamente utilizado e sob diferentes abordagens, não apenas dentro da própria Geografia, mas também nas diferentes disciplinas científicas, como nos é apresentado por Haesbaert (2004).

Para a Geografia, embora não haja um consenso completo acerca do termo, observa-se como característica primordial do território, a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupamento humano. Ou seja, “o território, [...], é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2003, p.78). Esta constatação implica em novas necessidades, pois evidencia relações diretas entre “território” e “espaço”; e “território” e “poder”. Sendo preciso também expor sucintamente o que significa (ao menos neste texto) o termo “poder”.

Enquanto estivermos tratando do poder, estaremos entendendo-o como a possibilidade de fazer ou, se utilizar de algo (ou alguém, ou algum lugar), em maior ou menor escala. E nos valemos, neste sentido, da conceituação proposta por Arendt (apud SOUZA, 2003, p.80): “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido”, que desmistifica o controle do poder por indivíduos isolados, já introduzindo a idéia de que o poder está intrinsecamente inscrito em todas as relações entre homens e mulheres.

Aprofundando a análise por este viés, observa-se que, ao nascer de toda e qualquer relação, o poder se apresenta multidimensional, ou seja, é um equívoco entender que ele emana de uma fonte única (RAFFESTIN, 1993), como comumente é feito na confusão entre “poder” e Estado, sendo este erroneamente tomado como o poder por excelência. Para Raffestin (1993, p.54), “o espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação”, de modo que o poder apresenta

uma face coercitiva (energia), e outra normativa (informação), podendo sobressair qualquer uma das duas. Mas como ele mesmo ressalta: “o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos” (1993, p.60). Pode-se aí, observar certa aproximação entre esta afirmação e a de Arendt (apud SOUZA, 2003), quando ela coloca que se a violência entra em cena, é porque o poder está enfraquecido ou em vias de ser perdido.

A dimensão espacial do poder já foi abordada por vários autores, muitos inclusive “não-geógrafos”. Desde o conhecimento do terreno para estratégias de guerra, quando Sun Tzu (no séc IV a.C.) coloca a terra, que “compreende as distâncias, grandes e pequenas; perigo e segurança; campo aberto e desfiladeiros; as oportunidades de vida e morte”, como um dos cinco fatores constantes que a governam; até o arranjo espacial dos corpos nas instituições disciplinadoras como apresentado por Michel Foucault (2000: 118): “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações”. Assim o controle do espaço aparece como sendo um elemento fundamental para o exercício do poder (em seus vários aspectos).

No sentido de endossar esta forma de compreensão da relação indissociável entre poder e espaço, temos também a colocação de Souza (2003, p.106), quando afirma não acreditar “que o poder – *qualquer poder* – possa prescindir de uma base ou de um referencial territorial, por mais rarefeita que seja esta base, por mais indireto ou distante que pareça ser este referencial”.

O “poder”, sendo inerente à vida em sociedade apresenta-se, de tal maneira associado ao controle de uma dada porção do espaço, que “o território nasce [...] das estratégias de controle necessárias à vida social” (CLAVAL, 1999, p.8), o que faz com que a territorialidade [e o(s) próprio(s) território(s)] não fique restrita a apenas uma escala, como vemos freqüentemente ocorrer no debate geográfico sobre o território, a restrição à análise na escala dos Estados-nação.

Assim, se procura compreender, quando da utilização do conceito de território, quem e como se apropria de um determinado espaço, seja ele qual for, e seja lá quem dele se aproprie.

No âmbito da Geografia Política, o primeiro expoente foi Friedrich Ratzel, para o qual tanto a formação quanto a existência dos Estados-Nação estariam condicionadas, à existência de um território, que ele chega a conceituar com “espaço-vital”.

Justificada pelo contraste existente entre

el movimiento de la vida, que nunca reposa, y el espacio de la Tierra, cuyo tamaño no cresce (...). Los seres vivos intentan ampliar su territorio a expensas de sus vecinos y la lucha se hace aguda cuando los organismos han ocupado completamente un espacio restringido. (RATZEL apud CAPEL, 1982, p.290)

esta competição por espaço, enquanto meio de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento se dá, segundo Ratzel, no âmbito das relações entre os seres humanos, à escala do Estados nacionais, que são entendidos como expressão inevitável dos povos, sendo estes caracterizados pelo território e por sua história. Nas palavras de Ratzel:

Exclusivamente o solo dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação sobretudo da organização política de naquele se apoiar, como se ele pudesse forçar os homens, que de toda sorte permanecem separados, a uma coesão (RATZEL apud SOUZA, 2003, p.85)

Aí podemos perceber a importância dada ao Estado, e não poderia ser diferente no contexto em que esta noção se desenvolveu. Ratzel escreve na época da expansão imperialista e, particularmente, de um nacionalismo alemão fortalecido pelos triunfos da política de Bismarck, justificando, em seu momento histórico, a formação e expansão da Alemanha.

Em termos científico-filosóficos, as grandes influências do pensamento de Ratzel são positivistas e evolucionistas (CAPEL, 1982) estando este, portanto inserido num movimento de contestação às concepções científicas vigentes no princípio daquele século: o Racionalismo e o Iluminismo.

Assim se observa, que a noção de território surge como algo muito próximo ao espaço concreto em si. E mais do que isso, do espaço necessário à constituição de uma nação, e controlado por um Estado. Com isso, a Geografia Tradicional, institui sempre nos debates territoriais: a necessidade de falar do Estado, como sendo “o poder por excelência”; e a predominância histórica de perspectivas materialistas e/ou positivistas sobre este conceito.

Neste sentido, além da abordagem do território do “Estado-nação”, outra visão se coloca, superando o vício da escala, mas sem deixar de lado a compartimentação político-administrativa dos territórios. A definição de Jean Gottman é bastante representativa, onde território é o “conjunto de terras agrupadas em uma

unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime” (GOTTMAN apud HAESBAERT, 2004, p.67).

A perspectiva materialista do território também abrange desde posições “naturalistas”, as quais entenderiam a territorialidade em seu aspecto biológico; até posições “marxistas”, valorizando sobretudo as relações de produção na abordagem do território e da territorialidade.

A visão naturalista do território é aquela que está vinculada a um caráter biológico, que encara a territorialização como sendo uma necessidade dos seres humanos, e como sendo o homem uma “espécie territorial”, seja por determinação instintiva ou mesmo genética. Nesta corrente de pensamento é feita uma inter-relação muito grande entre a territorialidade animal e humana, o que é bastante arriscado, pela dificuldade de manter-se numa posição “equilibrada”, a qual não seja nem antropocêntrica por demais, e nem neodarwinista, reduzindo a territorialidade humana a uma extensão do comportamento animal. (HAESBAERT, 2004; CLAVAL, 1999).

Há também uma abordagem mais economicista do território, de cunho marxista, que é bem representada por Milton Santos. Nela o “‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território” (SANTOS apud HAESBAERT, p.58,2004). Santos diferencia, por exemplo, o que seria o território para os atores hegemônicos (fonte de recursos) e para os atores hegemonizados (uma forma de abrigo). E o uso é o foco desta diferenciação. Com isso ele amplia a visão “econômica” que se tem do território, trazendo para o centro da análise também os conflitos relativos ao acesso e uso dos recursos pelos diferentes grupos sociais. Dimensão não considerada anteriormente pelos geógrafos.

Para além destas perspectivas materialistas, está a perspectiva idealista, que vem se apresentando desde as décadas 80 e 90 do século passado, e tem ganhado força nos últimos anos. Esta valoriza uma dimensão cultural do conceito de território, tentando, através da percepção deste como um valor, como uma manifestação das identidades culturais/territoriais, dar conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo, com os quais a idéia de um território político-administrativo, de fronteiras claras, ou mesmo de um território concebido economicamente, são incapazes de lidar. (HAESBAERT, 2004).

Nesta perspectiva o território é entendido como algo socializado/culturalizado, dotado de valores. O que, não exclui a dominação de uma dada área, mas que entende que esta dominação se dá, sobretudo, através de uma

semantização do território. Tem-se a compreensão de que o espaço apropriado é gerador de raízes e de identidade, e de que esta identidade se dá “não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território” (SOUZA, 2003).

Uma última perspectiva é aquela que se pretende integradora, ou seja, que considera as diferentes dimensões, tanto as privilegiadas pelos materialistas quanto as pelos idealistas, uma vez que todas elas estão presentes (ou podem, ou devem estar) nos diversos territórios. Os que pretendem ter esta visão precisam de uma abordagem multi-escalar, para que se possam enxergar as diversas formas de domínio que existem sobre uma mesma porção do espaço, as quais em muitos momentos inclusive se sobrepõem. Deste modo, passamos de uma compreensão de “territórios-zona” (estáticos e não sobrepostos) para uma de “territórios-rede” que, entretanto não substitui aos territórios contíguos, mas coexiste com estes. Esta abordagem fica ainda mais clara nas palavras de Haesbaert (2004, p.79):

Tendo como pano de fundo esta noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico de ordem mais estritamente cultural.

Esta é uma outra forma de se abordar a temática da apropriação do espaço, que necessita de uma visão do território enquanto “*relações sociais projetadas no espaço*”, e não apenas como espaços concretos. Teríamos aí, vários tipos de territorialidade, várias formas de se apropriar dos espaços. Algumas mais concretas, outras mais “ideais”, apropriações duradouras, e apropriações breves, e assim por diante. Souza (2003, p.86) coloca que:

vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças

e nos apresenta bem esta realidade quando exemplifica territorializações de prostitutas, e dos traficantes de drogas nas grandes metrópoles, as quais se distinguem sensivelmente da territorialização dos Estados-nação. Comungando desta visão, que pressupõe a necessidade do espaço (e, mais do que isso, do controle deste espaço) para

o desenrolar da organização social e de todas as estruturas que esta última exige, Claval (1999, p.23) afirma que as formas de territorialização são variadas:

vão da apropriação completa ao simples enraizamento simbólico, e, portanto, da divisão de unidades discretas e que se negam e se ignoram até a articulação em torno de focos aos quais se prendem as identidades. Se a territorialidade é indispensável à afirmação e à realização das formas de existência e de identidade coletivas, suas formas e suas modalidades são múltiplas.

Diante do que está posto parece-nos infinitamente mais adequado trabalhar com esta última perspectiva, que enxerga não mais “o território”, como uma categoria relativamente estática, unidimensional e numa única escala; mas uma multiterritorialidade, que abrange diversos aspectos e formas territoriais, nas mais diversas escalas, e como um processo permanente de des-re-territorialização. (HAESBAERT, 2004)

4. A QUESTÃO AMBIENTAL E OS PARQUES

Neste princípio de milênio pode-se observar nitidamente que o planeta está se modificando. É certo também que o planeta está, desde sua origem, em constante modificação, sendo portanto, natural que isto continue ocorrendo. Contudo, algumas destas modificações ambientais, tais como: o aquecimento global, a escassez de água limpa, a destruição das florestas, dentre tantos outros, implicam em problemas para a sobrevivência dos seres humanos.

E, grande parte delas, ocorre (ou se intensifica) por causa da existência e do crescimento das sociedades humanas, mas **não apenas, e nem principalmente por isso**. É, sobretudo em função da “opção” de desenvolvimento que a sociedade adotou desde o nascimento das indústrias em fins do século XVIII, para os europeus, e a partir destes (através dos processos de colonização – ou de descolonização como foi o caso do Brasil) para todo o mundo, que hoje se nos apresentam como conseqüências: um planeta fatigado, quase que não mais nos suportando; e, portanto, a necessidade vital de repensar a sociedade, seu “desenvolvimento”, e seu “progresso”.

Contudo, esta preocupação com os “rumos do planeta” nem sempre foi amplamente difundida na sociedade moderna. Durante muito tempo, a preocupação com a conservação dos recursos e a proposição das formas de desenvolvimento, coube apenas aos Estados nacionais. Nunca a questão esteve tão “na ordem do dia” a ponto de que, como se vê hoje (e ainda longe do ideal), haja grupos organizados da sociedade civil, partidos políticos e empresas, trazendo em sua pauta reivindicações “ambientais”, das mais diversas naturezas (seja para preservar, seja para consumir). Só o fato de haver algum tipo de discussão, já aponta para uma maior preocupação com o assunto tratado.

Assim sendo, pretendemos neste capítulo, compreender de que forma o surgimento dos movimentos ambientalistas nos anos 60 e 70, contribuiu para a difusão da questão ambiental na sociedade como um todo e mesmo para a evolução da legislação. E explicitar o que são Unidades de Conservação, mais especificamente os Parques; e apresentar a política de criação destas áreas no Brasil, pois entendemos ser uma política de preservação ambiental que, de certa forma, reflete este “comportamento”, e se apresenta em três momentos distintos. No primeiro momento somente atua o Estado (com suas diversas instituições); no segundo temos a

reivindicação social de participação nestas políticas; e no terceiro há a participação social (embora não-ideal, para alguns, e mais-do-que-ideal para outros).

4.1. Os movimentos ambientalistas

Neste item pretendemos não apenas contextualizar o surgimento da problemática ambiental e dos diversos grupos e organizações daí oriundos, mas também ressaltar a diversidade de posicionamentos sobre esta problemática e suas possíveis soluções, pois como o próprio título aponta, o movimento ambientalista não é um apenas. São vários, e por vezes contraditórios. Além disso, será necessário explicitar, ao menos de maneira breve, o que entende por “desenvolvimento sustentável”, tendo em vista que, hoje, este é um dos principais motes relacionados à questão.

Muito embora as preocupações com os problemas ambientais sejam algo presente nas sociedades humanas desde tempos imemoriáveis, como ver-se-á exemplificado neste texto quando tratando das origens e do surgimento das UC`s modernas (MILLER, 1997; MILANO, 2000), é somente a partir de meados da década de 1960 (quando se inicia a revolução ambiental estadunidense), que estas preocupações passam a se disseminar na sociedade estadunidense e daí para o planeta como um todo, chegando à Europa Ocidental, Japão, Canadá e Austrália, na década seguinte, e à América Latina, Europa Oriental, URSS e Sul e Leste da Ásia, no decorrer da década de 80. (VIOLA, 1995).

É importante lembrar que neste período emergem, juntamente com o movimento ecológico, vários outros movimentos sociais de minorias (mulheres, homossexuais, *hippies*), que se caracterizam pela crítica focada fundamentalmente no modo de vida, e não no modo de produção, muito embora este não seja (ou não deva ser) ignorado. “É como se observássemos um deslocamento do plano temporal (História, futuro) para o espacial (o quadro de vida o aqui e agora)” (GONÇALVES, 1989, p.12). Os movimentos ecológicos se desenvolvem justamente durante a crise do marxismo na década de 70, que fundava-se: no totalitarismo do socialismo real; na complexidade sócio-política do capitalismo; e na crise ecológica (para a qual o marxismo ortodoxo não tem resposta) (VIOLA 1987).

Isto é colocado para ressaltar o fato de que há uma grande multiplicidade (contraditória) no que denomina-se, por vezes de forma monolítica, de “ambientalismo” ou “ecologismo” e, embora os movimentos ambientalistas apresentem sempre um

caráter contestatório da sociedade atual, nem todos os ambientalismos são “de esquerda”. Há desde correntes ecosocialistas a ecofascistas, estas últimas como sendo propagadoras de “uma ideologia reacionária que se preocupa mais em conservar as árvores e os passarinhos do que pôr fim à dominação do homem pelo homem” (DUPUY 1980, p.15).

É por meio da ação contestatória destes diversos grupos, a partir dos anos de 1960 e, primeiramente nos chamado países desenvolvidos, que a questão ambiental a ser levada mais a sério pelos órgãos governamentais nacionais e supra-nacionais. O livro da bióloga Rachel Carson, “Primavera Silenciosa” de 1962, que denuncia os males do uso de substâncias tóxicas na agricultura, é um dos primeiros expoentes destas ações ambientalistas. Outros são os livros de Paul Ehrlich “A bomba populacional” (1966), e de Garret Hardin “A tragédia dos comuns” (1968), sustentados em teorias neo-malthusianas que questionavam o desenvolvimento da sociedade industrial a partir da degradação causada pelo crescimento populacional, sobretudo nos países ditos subdesenvolvidos.

As palavras de Dupuy (1980, p.24) sobre este momento histórico são bastante pertinentes, sob um ponto de vista europeu:

O alento contestador da ‘revolução cultural’ de 1968 dá nascimento a diversas ideologias e práticas mais ou menos efêmeras. A internacional Situacionista que teve um papel importante na contestação estudantil produz uma crítica da vida quotidiana e da sociedade de consumo. ‘Consumi mais, vivereis menos’, escreviam nas paredes de Paris em maio de 1968. [...] A contracultura californiana propaga o tema das tecnologias doces. De forma completamente independente, as associações de proteção à natureza se organizam e aprendem a se servir das armas jurídicas.

Diante deste tipo de pressão tem-se como marco do reconhecimento da problemática ao nível global, a divulgação do relatório “Os limites do crescimento” pelo Clube de Roma em 1972, que expressava o pensamento catastrofista de que era necessário parar o crescimento econômico e populacional (sobretudo nos países pobres, ou em desenvolvimento); e a Conferencia das Nações Unidas em Estocolmo, no mesmo ano, que expressava um posicionamento mais gradualista para o enfrentamento da questão, no qual se pretendia corrigir os problemas gerados pelo desenvolvimento.

Assim sendo tem-se, ao longo desta década, o movimento ambientalista polarizado, de ambos os lados, um pensamento pautado na dissociação e, mais do que

isso, no antagonismo, entre conservação ambiental e desenvolvimento. Somente ao final da década de 80 e, sobretudo

depois da publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 'Nosso Futuro Comum', em 1987 [...], o antigo debate dos anos 70 [...], é substituído por outro mais convergente e otimista, preocupado centralmente na questão de como fazer para alcançar um desenvolvimento sustentável. (VIOLA, 1995, p.77)

Esta substituição não significa, absolutamente, que tenham desaparecido as concepções fundadas no antagonismo entre desenvolvimento e sustentabilidade, mas sim o fato de esta ter se tornado uma posição minoritária, defendida (grande parte das vezes) por grupos de tendência biocêntrica. A posição majoritária, por sua vez, divide-se em dois sub-grupos, que se posicionam diante da temática do desenvolvimento: um de maneira radical (grupo minoritário), exigindo mudanças drásticas na estrutura social; e outro de caráter reformista. Assim, ao adentrar a década de 90, o “ambientalismo [...] transforma-se num capilarizado movimento multissetorial” (VIOLA 1995, p.76), cujos principais atores são: ONG`s, grupos comunitários, agencias governamentais, comunidade científica e empresariado.

É neste contexto de aproximação entre estas duas temáticas que se dá a difusão e o reconhecimento social do conceito de “desenvolvimento sustentável”, muito embora o que vejamos hoje seja: o completo descaso com a rigidez conceitual, e a utilização do termo para legitimação de práticas nada sustentáveis. Segundo Viola (1995, p.77)

os review que se ocupam da literatura surgida em torno do conceito de desenvolvimento sustentável sugerem precisamente que o amplo espectro de suas significações tende a fortalecê-lo politicamente muitas vezes à custa do enfraquecimento de seus conteúdos científicos

Temos então atualmente, diversas dimensões de sustentabilidade (ambiental, econômica, social, política, financeira), e cada uma delas baseada em valores éticos distintos, tornando extremamente difícil a aproximação entre estes enfoques. Viola (1995) realiza uma classificação geral das “categorias de desenvolvimento sustentável” em três enfoques, nos quais os diferentes atores sustentam suas atuações: um primeiro de caráter estatista, que considera imprescindível para manter ou alcançar a qualidade ambiental uma intervenção direta do Estado; outro de caráter comunitário, que enxerga

o papel das organizações sociais como fundamental neste processo; e um último que acredita estar na lógica do mercado o caminho para a sustentabilidade.

No cenário brasileiro o ambientalismo surge em meados da década de 70, diante das conseqüências modernizadoras do “Milagre Econômico”, e com sua atuação voltada para a denúncia de atividades depredatórias, e para a conscientização pública. A posição do Estado brasileiro em Estocolmo (1972), é representativa desta postura desenvolvimentista, pois os representantes afirmam, na ocasião, a necessidade de crescimento econômico (independente dos impactos gerados), como a única solução para os problemas do país.

Apesar de algumas medidas tomadas para tentar desfazer a má impressão causada em Estocolmo, como: a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973; seguida pela consolidação de agências estaduais como a FEEMA e o CETESB; e a contemplação da temática ambiental no II PND de 1975 (MAIMON, 1992); não se observa, até o fim do regime militar, qualquer influência significativa dos movimentos ambientalistas nos debates sobre o desenvolvimento, e nas políticas estatais. Durante a década de 80 os movimentos ambientalistas prosseguem com a mesma prática da década anterior, mas encontram agora na opinião pública uma postura muito mais receptiva, e a partir da segunda metade desta década a questão ambiental passa a figurar nos debates sobre política econômica, desenvolvimento, e relações internacionais entre outros. (FERREIRA, 1995; VIOLA, 1995).

É assim que observa-se, a partir da década de 90, e com particular impulso a partir da “constituição de 1988 [que] representa um outro marco na legislação ambiental, sendo a primeira do mundo a prever a avaliação de impactos ambientais” (MAIMON, 1992, p.63), uma série de transformações tanto no lugar delegado à questão ambiental, quanto na prática das associações ambientalistas e do Estado, e mesmo no surgimento de novos atores (como já foi dito).

A decisão de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92), bem como as demandas preparatórias do evento, e o evento em si, podem ser citados como alguns dos acontecimentos que concederam à questão ambiental um papel mais central nos debates da sociedade brasileira, o que inclui os múltiplos atores do “ambientalismo”, mas os transcende. E de fato, a partir daí, a questão ambiental está consolidada na sociedade como um todo, no nível do discurso, uma vez que é gritante o abismo que o separa das políticas públicas e das ações institucionais e individuais. (VIOLA, 1995).

Ao menos no nível do discurso da sociedade sobre os problemas ambientais temos que

uma grande maioria dela é favorável a uma relação equilibrada entre meio ambiente e desenvolvimento, havendo duas reduzidas minorias nos extremos (em ambos os casos, de variadas cores políticas). (VIOLA, 1995, p.93)

Um panorama que se traduz numa legislação ambiental reconhecidamente avançada, e numa concordância geral extremamente artilosa a respeito do “desenvolvimento sustentável”, donde nasce, no âmbito deste debate, a cobrança de uma certa nitidez no uso deste conceito pelas três correntes supra-citadas: estatista, comunitária, e de mercado.

Como um último aspecto a ser considerado, temos a conjuntura internacional que, segundo Viola (1995, p.94), “reforça a necessidade de conceber o ambientalismo multissetorial e o projeto de desenvolvimento sustentável como eixos de convergência” das ações da sociedade organizada e das ações do Estado. Ressalte-se aqui também a dificuldade, diante dos mecanismos de controle estabelecidos pelos países centrais, de se solucionar o problema ambiental brasileiro através de propostas que não tenham uma grande legitimidade internacional.

É diante deste quadro que o enfrentamento dos problemas ambientais será inevitavelmente realizado a partir da cooperação ou da competição entre os diferentes setores da sociedade. Não se pode mais atribuir esta responsabilidade unicamente ao Estado, abrindo o devido espaço para a participação social, bem como não se pode negar a presença e o interesse do mesmo, tal a importância do que se trata.

4.2 As Unidades de Conservação

A reserva de algumas áreas, nas quais se reconhece algum tipo de valor especial, é algo que vem sendo feito desde a antiguidade. E de acordo com Miller (1997), que nos apresenta diversos exemplos desta prática, tanto no ocidente quanto no oriente,

tais sítios estavam associados a fontes de animais sagrados, água pura, plantas medicinais, matéria-prima para uso futuro, mitos e ocorrências históricas. [E] O acesso e uso destas áreas e dos seus recursos eram controlados por tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários. (1997, p.3)

O autor demonstra assim, que a reserva de áreas que hoje concebemos como Unidades de Conservação (UC's), é uma política que tem suas raízes em práticas das primeiras sociedades humanas de que se tem registro.

Contudo, é a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no ano de 1872, nos Estados-Unidos, que se nos apresenta como o “símbolo do primeiro esforço para implementar o primeiro enfoque do manejo de unidades de conservação – para preservar o esplendor cênico, a significação histórica e o potencial de lazer” (MILLER, 1997, p.5). O sítio foi preservado da destruição provocada pela marcha colonizadora para o oeste daquele país. E assim como este, diversos outros parques foram criados em países colonizados pelos governos ou por cidadãos “esclarecidos” dos países colonizadores, por conta da prática destrutiva na extração dos recursos naturais, na maior parte das vezes imposta pela prática do próprio colonizador.

Segundo Miller (1997, p.6), há ainda outros dois fundamentos que sustentam a proteção de determinadas áreas: a gestão florestal com objetivo de “assegurar fluxos futuros de madeira para a construção e lenha, água, fauna silvestre e outros recursos naturais”, embrião das reservas extrativistas; e a “paisagem protegida”, que é valorizada pela beleza cênica que apresenta a paisagem natural, frente à “paisagem domesticada” criada pela colonização humana. Ambos os fundamentos com as suas “raízes modernas na Europa”.

No Brasil, a política de criação de áreas protegidas vem sendo implementada desde a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937 (com forte influência estadunidense) e, no período que se estende daí até 1960, faz-se a reserva de algumas áreas denominando-as sempre: Parque, ou Floresta Nacional. No período seguinte, compreendido entre 1961 e 1980, observa-se uma diversificação de categorias, com a criação de Reservas Florestais e Biológicas. A partir de 1981, começam a ser criadas as Áreas de Proteção Ambiental - APA, Reservas e Estações Ecológicas; e as Reservas Extrativistas de 1988 em diante (UNE; LOURO, 1993).

Logicamente, a criação destas áreas sempre esteve amparada em aspectos jurídicos, que evoluíram ao longo do século passado, e vieram a culminar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no ano 2000. As unidades vinham, até então, sendo criadas pelo Estado (nas três esferas: federal, estadual e municipal), sem que houvesse qualquer padrão técnico ou científico, e “com as mais diversas denominações e objetivos de manejo não muito claros, o que dificultava sobremaneira o

conhecimento das mesmas e sua sistematização em nível nacional” (GUATURA, 2000, p.27).

Neste percurso cabe destacar: a lei que estabelece o Novo Código Florestal em 1965, que visa a proteção de diferentes tipos de cobertura vegetal; a lei que trata da criação de Estações Ecológicas e APA`s, de 1981; o decreto que conceitua as Reservas Ecológicas e as Áreas de relevante Interesse Ecológico, de 1984; e o decreto que conceitua as Reservas Extrativistas, datado de 1990. (UNE; LOURO, 1993).

A diversificação das categorias de UC`s que pode ser observada ao longo deste tempo, segundo Milano (2000, p.15), foi determinada pela “existência de objetivos diversos de conservação e, especialmente objetivos que podem conflitar entre si”, e é sob esta diversidade que se coloca a necessidade de explicitar o que é um Parque (pois é apenas com esta categoria que nos propusemos a trabalhar), segundo a lei pertinente nos dias atuais.

De acordo com o SNUC (2000), as UC`s dividem-se em duas grandes categorias: Proteção Integral e Uso Sustentável. O objetivo básico das áreas inseridas no primeiro grupo, ao qual pertencem os parques, “é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (Artigo 7º, parágrafo primeiro). Transcrevemos então o artigo que trata especificamente dos parques:

Art.11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e esta sujeita às condições de restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (BRASIL, 2000)

De acordo com Guatura (2000, p.32), a promulgação da lei do SNUC traz vários avanços, pois “tanto a sociedade civil, quanto os órgãos públicos gestores da unidades (...), passam a contar com dispositivos legais que viabilizam uma adequada

conservação da natureza”. Muito embora saibamos que a regulamentação legal não garante a efetivação real do que quer que esteja estabelecido, há que se reconhecer nisto algum tipo de avanço.

Dentre as principais inovações Guatura (2000, p.32) coloca: a legitimação social, através da “participação efetiva das populações locais na criação das unidades de conservação” prevista no Art. 5 do SNUC, que prevê também a participação na gestão da unidade através do conselho consultivo; a conceituação das populações tradicionais e a regulamentação de seus direitos; a criação de mecanismos para a sustentação econômica das unidades; para a regularização fundiária; e a gestão de informações, por meio da “organização e manutenção de um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, contendo os dados principais de cada unidade” (GUATURA, 2000, p.34).

5. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DOS PARQUES

Nesta seção é feita uma breve apresentação do processo de criação dos parques de Itatiaia, e da Serra do Brigadeiro, para que possam ficar claras as diferenças e semelhanças entre eles, considerando as especificidades de cada contexto. Como já foi explicitado, o objetivo desta análise não é fazer uma comparação direta para simples apresentação de dados, mas para compreender de que forma esta prática evoluiu ao longo do século.

5.1. O Parque Nacional do Itatiaia - PNI

A criação do Parque Nacional do Itatiaia, “no centro do triângulo demográfico mais denso do país, [...] contornado, em boa parte pela autovia Presidente Dutra, a melhor pista nacional” (BARROS, 1955, p.52); na região onde ocorrera um dos grandes surtos industriais do país até então (figura 1 - em anexo); expressava uma preocupação com a destruição da natureza e objetivou, de acordo com seu decreto de criação (nº 1713, de 14 de Junho de 1937): a “proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento das correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes”.

Contudo esta não foi a primeira tentativa de implantar uma “área de conservação” naquela região. As terras que hoje constituem o parque foram compradas junto a Henrique Irineu de Souza, para a criação de dois Núcleos Coloniais, fundados em 1908. Segundo consta, estes núcleos não obtiveram sucesso, de modo que em 1929 é ali criada uma Estação Biológica, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Muito embora, desde 1913, já houvera sido aconselhada a transformação da área em Parque Nacional, pelo botânico Alberto Lofgren. (IBDF, 1982)

O primeiro Parque Nacional brasileiro foi criado numa área que abrange municípios tanto do estado do Rio de Janeiro (Resende e Itatiaia), quanto do estado de Minas Gerais (Itamonte, Aiuruoca e Liberdade), contando com uma área total de 11.943ha. E teve sua área ampliada por decreto no ano de 1982, quando o parque passa a possuir aproximadamente 30000ha. Os atrativos naturais do parque são muitos, uma vez que ali encontram-se amostras significativas de dois ecossistemas distintos, e uma

série de espécies endêmicas. E a estes se soma a imensa infra-estrutura instalada (para a pesquisa científica, e para o turismo) durante a década de 40.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente do município de Resende, em entrevista realizada nesta pesquisa, “o parque é criado num momento em que o Estado brasileiro estava muito forte, investindo pesadamente na implantação. O parque chega a ter 60 funcionários. Com o correr do tempo, o Estado vai se enfraquecendo, e se tornando menos presente. Os investimentos caíram muito. Há cerca de 40 anos atrás estávamos no auge do abandono. Depois disso o parque começa a se recuperar lentamente”. Há que se ressaltar também neste sentido a criação, a partir da segunda metade da década de 80, de APA`s e outras UC`s na área de entorno do PNI, o que contribui imensamente para sua gestão.

O primeiro dos ecossistemas (acima citados) apresenta vegetação característica da Mata Atlântica, e está situado nas encostas da serra (na chamada “parte baixa” do parque), onde há mata secundária, nas áreas de regeneração; e alguns fragmentos de mata primária; e o segundo com vegetação de campo de altitude, situado no planalto (ou “parte alta” do parque), que é onde ocorrem os afloramentos rochosos. Além de variadas espécies animais, e inúmeros cursos d’água. (BARROS, 1955)



Foto 1: Pico das Agulhas Negras – Parque Nacional do Itatiaia

Fonte: http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia

A criação do parque implicou em que, aos poucos, os proprietários dos lotes dos antigos núcleos (que eram agricultores), em parte pelas restrições, e em parte pelas oportunidades que a criação gerou, passassem a se dedicar à atividade turística ou que

vendessem suas terras (para o Estado, ou para outros). De maneira tal que, atualmente, há no interior desta Unidade de Conservação diversas propriedades particulares e uma

elevada concentração de construções, dentre as quais casas de campo e hotéis, resultando em grandes alterações de suas feições naturais, através da introdução de espécies exóticas e da contaminação dos cursos d'água, entre outras formas de degradação da paisagem natural. (IBDF, 1982, p.77)

Encontra-se aí a origem do principal conflito nos dias de hoje: a existência de propriedades particulares no interior da UC, o que é proibido por lei. O processo de desapropriação, iniciado em 1937, se encontra ainda inacabado e, segundo as entrevistas realizadas durante esta pesquisa, constitui-se no principal conflito associado ao parque, sendo seguido pelos criadores de gado, e especuladores imobiliários do entorno.

Esta breve contextualização nos permite observar que, ao menos em seu momento inicial, a proteção da natureza no Parque Nacional do Itatiaia tinha, prioritariamente, a finalidade de pesquisa das ciências naturais, e da prática do turismo.

Por fim, tratando de seu histórico administrativo, fica caracterizada, ao menos até a segunda metade da década de 80, uma forte centralização no poder público, e ainda mais do que isso, apenas na esfera federal. O decreto de criação estipulou a criação de uma Comissão subordinada ao Ministro da Agricultura e composta por agentes de diversas instituições governamentais para elaborar o plano organizativo do parque, sendo esta extinta em 1942, quando é criado o Serviço Florestal, Seção de Parques Nacionais.

Esta “centralização” permanece até a promulgação do SNUC, que determina a existência de Conselhos Consultivos com composição plural. Assim sendo o Parque continua sendo administrado pelo poder público, mas com a ajuda do Conselho, onde estão representadas as diversas esferas do Estado (secretarias municipais, e estaduais de meio ambiente), dos movimentos sociais, ONG`s e empresariado.

5.2. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB

O PESB tem um contexto de criação bastante diferente do PNI, primeiramente por tratar-se de uma área no interior do estado de Minas Gerais, sem a mesma pressão urbano-industrial que há no Vale do Paraíba; e em segundo lugar por

conta da época em que se realiza, pois no final do séc XX, como já dissemos, a questão ambiental e a política de criação de parques se apresentam de maneira bastante diferente. Além disso, a proximidade temporal com o processo de criação, nos permite apurar melhor alguns aspectos relativos à proposta de criação e às disputas das diferentes concepções e interesses neste processo.

O resgate histórico da devastação da floresta atlântica na região da Zona da Mata mineira (sudoeste do estado), onde localiza-se o PESB, aponta para a produção de café, a partir do início do séc. XIX, como principal responsável pelo desmatamento, mas “com a retirada da floresta os sistemas produtivos foram ficando cada vez mais frágeis [...]. Aos poucos as lavouras de café foram sendo substituídas por pastagens e culturas anuais voltada para a subsistência” (BONFIM, 2006, p.21).

O advento da Revolução Verde também deve ser lembrado como um fator que intensificou a devastação, pois com ele criou-se uma dependência tecnológica e a maioria dos pequenos agricultores da região foi levada ao empobrecimento, de modo que estes, em busca de recursos produtivos e de produtos em si, ocupassem os remanescentes de floresta. Um último fator, que é inclusive a “gota d’água” para que se proponha a criação de um Parque naquela área, é a intensa exploração florestal da empresa siderúrgica Belgo-Mineira que, desde a década de 1950 utilizava a madeira da área para alimentar seus altos-fornos. (BONFIM, 2006)

A primeira iniciativa legal para a preservação das matas foi “o Decreto nº 1.493, de 09 de novembro de 1962, declarando como protetoras as florestas nativas, de propriedade privada, existentes na Serra do Brigadeiro” (BONFIM 2006, p.23), nesta década é também criado o Instituto Estadual de Florestas – IEF, a quem passa a caber a administração das unidades de conservação no Estado. Apesar destas iniciativas, a devastação causada pela Belgo-Mineira continuou até que o empreendimento fosse embargado em meados de 1970.

Com a criação da Escola Nacional de Florestas, em Viçosa, na década de 60, a região passou a ser visitada por técnicos e professores desta instituição, que observaram a importância dos atributos naturais ali presentes e a devastação que ameaçava estes recursos. Mas é somente no ano de 1976, depois de realizar algumas visitas para levantamento dos dados necessários (flora e fauna, situação fundiária), que Elmar Alfenas Couto e James Dietz (pesquisadores ligados à ONG Centro Mineiro de Proteção da Natureza – CMCN, e à Universidade Federal de Viçosa) apresentam a primeira proposta para a criação de um Parque Nacional na serra. (BONFIM, 2006)

A proposta formulada pelos dois pesquisadores, que apresentava como objetivos a preservação de uma amostra representativa do ecossistema da Mata Atlântica; o fornecimento de uma área para a investigação científica; e estimular o turismo na região; contribuiu para que em 1988 o governo do Estado de Minas Gerais, e não o governo federal como inicialmente proposto, promulgasse a Lei Autorizativa nº 9.655 relativa à a criação do PESB. Segundo consta,

essa lei propunha que os limites inferiores do parque estivessem na cota de 1000m de altitude, abrangendo uma área de 32.000ha, nos quais havia pequenas propriedades rurais produtivas que seriam, inevitavelmente, desapropriadas. (BONFIM 2006, p.27)

Assim o parque abrange em sua área parcelas de oito municípios: Muriaé, Miradouro, Araçuaia, Sericita, Fervedouro, Ervalia e Pedra Bonita. As serras onde o PESB foi criado possuem uma extensa rede de drenagem, com diversos cursos d'água e cachoeiras. O relevo é bastante acidentado, de modo que há no parque a vegetação de encosta (mata atlântica) e a do topo da montanha (campo de altitude). Predominam as matas secundárias, mas há floresta primária em algumas áreas de acesso mais difícil. Além disso, o PESB tem fauna variada, apresentando espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.



Foto 2: Serra do Brigadeiro – MG, ao fundo

Foto de: Verônica Rocha Bonfim

Em 1993 iniciam-se os estudos sobre o meio físico e biótico como apoio das universidades Federal de Viçosa - UFV (departamento de biologia animal) e do Estado de Minas Gerais - UEMG, e da empresa ENGEVIX, para a criação efetiva e implantação do parque. “Durante o período não foi realizada a consulta aos moradores/as da área por parte das entidades responsáveis pelos estudos” (BONFIM, 2006, p.27)

Os moradores do entorno da serra só vieram a ter informações sobre o processo depois de realizado, ao final do ano de 1993, um Diagnóstico Rural Participativo (DRP)³ pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata CTA-ZM (ONG sediada em Viçosa e com atuação na Zona da Mata) e pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Araçuaia, onde surge o assunto da criação do parque, ligado sobretudo à desapropriação.

É a partir deste momento que o PESB apresenta seu diferencial em relação aos parques até então criados, pois até então o parque vinha sendo criado arbitrariamente pelo poder público.

A ameaça de desapropriação suscitou a discussão sobre a criação da Unidade de Conservação e sobre a participação popular neste contexto, de modo que as organizações pertencentes aos movimentos sociais da Zona da Mata e de moradores/as do entorno mobilizaram-se para buscar esclarecer em que fase se encontrava o processo de implantação do Parque, reivindicar e garantir direitos sobre a posse da terra e pela participação do moradores/as no mesmo. (BONFIM, 2006, p.30)

Dáí em diante algumas ações para a implantação do parque se desenvolveram conjuntamente entre poder público (IEF-MG) e algumas organizações sociais como: o CTA-ZM, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) de cada um dos municípios, FETAEMG, CPT e representantes dos municípios, além de alguns professores do Departamento de Solos da UFV. Dentre estas ações destacam-se: a formação de uma comissão para realização de trabalho de campo e relatório socioeconômico das populações afetadas pela criação do parque; formação de um grupo de trabalho, constituído como primeira iniciativa para formação de um futuro conselho consultivo; e demarcação dos limites físicos, a partir de discussões com cada agricultor vizinho ao parque. (BONFIM, 2006)

³ Pode ser definido como um conjunto de enfoques e métodos voltados para a habilitação da população rural a compartilhar, aumentar e analisar seu conhecimento sobre suas condições para planejar e agir.

Depois de diversas reuniões, encontros e estudos feitos pelos diversos atores, que acabaram por fazer com que a proposta original fosse revista em função das demandas locais. Este panorama nos aponta para uma disputa no processo de criação (que se estende ao processo de gestão), entre dois segmentos: um de cunho mais preservacionista, e o outro mais sócio-ambientalista; embora não se possa defini-los de maneira monolítica, visto que estes são os extremos do debate.

Assim o parque foi criado em

27 de setembro de 1996 [quando] foi aprovado o decreto nº 38.319, pelo Governo do Estado de Minas Gerais (...), legalizando a criação do PESB com área total de 13.210ha, considerando aspectos ambientais e sócio-econômicos. (BONFIM, 2006, p.33)

Depois de criado o parque, iniciou-se o processo de gestão, e também nesta fase, a presença das diferentes organizações sociais foi fundamental para que se mantivessem presentes os anseios de todos os envolvidos, e não apenas os do órgão gestor. Nesta fase podemos destacar como principais ações: a realização em 1997 de um DRP, por parte do CTA-ZM e STR's (Araponga, Muriaé, Miradouro e Carangola) e abrangendo oito comunidades distribuídas nestes municípios, “com o intuito de avançar nas propostas técnicas para conciliar a conservação dos recursos com o desenvolvimento rural a partir das demandas da população do entorno” (BONFIM, 2006, p.34); e o Simpósio realizado em julho de 2000, de onde saíram contribuições para a elaboração de um plano de manejo participativo.

O plano de manejo começou a ser viabilizado em meados de 2005, e o conselho consultivo foi instituído em fevereiro de 2004, sendo composto por 36 membros (18 titulares e 18 suplentes), com representantes dos diversos grupos envolvidos com o processo, inclusive de moradores do entorno. A representatividade de que tratamos aqui, configura-se em referência a um histórico de participação por parte destas organizações, e não na contemplação de todos os setores da sociedade no conselho. Embora seu funcionamento não seja o ideal, mesmo porque se trata de um conselho pioneiro, podemos enxergar aí um avanço, no sentido do aprendizado de um processo que promova maior controle social nos espaços públicos. (BONFIM, 2006).

O relatório da sistematização participativa da experiência de criação e implantação do PESB, fruto de um trabalho desenvolvido pelo CTA-ZM, nos apresenta uma bela síntese do processo, com a qual findamos esta seção:

Até o início de 2006 o processo continuava seguindo uma dinâmica estabelecida desde o início: cíclica, com picos de mobilização e períodos de paralisações e desmobilizações recorrentes no decorrer. Entretanto, as organizações sempre presentes, reforçando a importância da participação social na criação, implantação e gestão do PESB de maneira efetiva e não apenas para compor um espaço de gestão criado por determinações legais ou para respaldar ações predeterminadas pelo órgão gestor. (BONFIM, 2006, p.38)

6. CONCLUSÃO

As informações sobre ambos os processos de criação e implantação de parques, inter-relacionadas com os respectivos contextos histórico-sociais em que estes eventos se inserem, nos permitem compreender alguns dos aspectos territoriais relacionados à evolução desta política e de sua operacionalização ao longo do século XX.

Para uma compreensão completa é necessária uma análise muito mais apurada, abrangendo outras unidades de conservação e assim outros contextos, os quais aqui estão sendo negligenciados por limites de tempo e de recursos financeiros. Assim temos uma visão de sua fase inicial, representada pela criação do PNI, e uma visão desta política cerca de 60 anos mais tarde, mas não temos maiores informações sobre os diversos parques criados e implantados neste entremeio.

No caso do Itatiaia, temos um processo de concepção, criação e implantação absolutamente centrado em autoridades governamentais e acadêmicas, mesmo porque à época, não havia na população (de modo geral) uma preocupação com a degradação do meio ambiente; e o Estado, enquanto entidade social, encontrava-se muito mais fortalecido, tanto no contexto nacional (“República Nova” de Getúlio Vargas) quanto internacional (*welfare state*). Desse modo, quase não houve participação das demais organizações da sociedade civil, podendo-se considerar que toda a área teve sua dinâmica profundamente alterada pelo poder público. Aliás, não somente quando da criação do PNI, mas desde a fundação dos núcleos coloniais e, depois disso da criação da Estação Biológica.

Cabe também ressaltar que, até então, as reflexões sobre o conceito de território encontravam-se absolutamente centradas nos Estados-Nação cabendo, portanto, a estes sua gestão. Pouco se falava, nos debates geográficos, sobre outras formas de territorialização, que abrangessem outras escalas, outras fronteiras, e outros “gestores”.

Inúmeros foram os problemas decorrentes da implantação do PNI tal qual se realizou, e eles foram se tornando mais evidentes com o enfraquecimento do Estado brasileiro, cada vez menos presente (tanto em termos de pessoal quanto de dinheiro), mas não menos regulador.

O parque foi concebido e implantado quase que independentemente do contexto local em que ele se instalou. Não se pensou de que maneira sua criação naquele local afetaria a dinâmica das populações ali presentes, ou melhor, pensando em afetá-las de modo bastante específico, e desconsiderando seus interesses e necessidades em relação à área a ser reservada.

No caso do PESB a proposta inicial também foi feita por autoridades acadêmicas e aceita pelo governo, mas grande parte dos conflitos observados em outros processos foi evitada pela revisão dos limites da unidade de conservação, feita junto a diversas organizações da sociedade civil e representantes da população local. Esta revisão dos limites fundou, na realidade, um movimento de inserção destes grupos na concepção e mesmo na gestão desta unidade de conservação, que apesar de ter estado bastante centralizada no poder público (na figura do IEF-MG e das universidades públicas) conta com a participação direta destas organizações, de maneira institucionalizada (no conselho consultivo) ou não (através de manifestações etc).

Aqui se pode considerar que, ao contrário do ocorrido no PNI, a inserção do PESB se deu de maneira muito mais contextualizada com as necessidades locais, embora isso não seja algo pleno, e nem tenha ocorrido desde o início do processo, mesmo porque o parque não nasce de uma proposta formulada pelo conjunto dos moradores do entorno demandando sua criação.

Nos parece clara também a influência do contexto histórico-social para que a criação do PESB se desse desta maneira: o Estado enfraquecido pela onda do neoliberalismo começa a abrir espaço para que as organizações civis participem da gestão territorial, prioritariamente aquelas ligadas à lógica do mercado, mas também para ONG's e associações de trabalhadores; a própria reivindicação de participação destes grupos, cada vez mais abandonados pelo poder público e portanto implicados à ação; e a difusão social das preocupações ambientais (onde inclui-se a possibilidade real de ganhar dinheiro explorando o meio ambiente, direta ou indiretamente).

Relacionando com o conceito de território como debatido neste fim de século tem-se uma maior participação da sociedade civil na dinâmica do parque, o que pode ser entendido como apropriação daquele espaço, como territorialização, que ocorre não mais apenas através do Estado-nacional, mas por meio de diversos atores e nas mais variadas escalas, algumas das vezes conflitantes entre si.

É importante dizer que esta inserção não foi totalmente pacífica, pois como sabemos, não há território que não seja disputado e não há poder que se esvaia sem

resistência, de modo que o processo se caracterizou por muitos embates, sobretudo entre aqueles que apoiavam a proposta original e os que apoiavam a revisão dos limites e mesmo dos objetivos deste tipo de área.

Podemos dizer que o PESB inaugura uma nova fase da criação de unidades de conservação da categoria parque, porque além dos eventos ocorridos durante a criação em si, seu desenrolar se deu concomitantemente às discussões do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a partir do qual fica legalmente estabelecida a participação da sociedade civil nos processos de criação, implantação e gestão destas áreas. Algo que passa a ocorrer até mesmo no PNI, que atualmente conta com um conselho consultivo bastante plural.

A participação de diferentes grupos da sociedade na concepção destas áreas e em sua gestão é, sem dúvida, uma possibilidade de aí se territorializar, tanto através da tomada de decisões práticas, relativas ao controle direto da área no cumprimento de seus objetivos fundamentais de conservação, quanto através da formulação simbólica daquele território; de modo a não se comprometer nem a conservação da natureza (se esta for mesmo tomada como fundamental), nem as perspectivas que as pessoas residentes na área onde se pretende criar o parque têm sobre aquela porção do espaço.

Bibliografia:

BARROS, W. D. de. O Parque Nacional do Itatiaia. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955.

BONFIM, V. R. Sistematização Participativa da Experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM, 2006. 85p. Relatório Final

BRASIL. Decreto nº 1.713, 14 jun. 1937. Constitui o Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia. Acesso em: 28 set 2006.

BRASIL. Lei no 9.985, 18 jul. 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia. Acesso em: 28 set 2006.

CAPEL, H. Filosofía y Ciencia en la Geografía contemporánea. Universidad de Barcelona: Barcanova, Temas Universitários, 1982. pp.267-293.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: ANNABLUME, 2000. p. 165-182.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. GEOgraphia. Niterói: EdUFF. v. 1, n.2, p. 7-26, 1999.

CONTRIBUIÇÕES para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno: Anais..., Viçosa, 10 a 14 de julho de 2000. Viçosa: UFV, 2000. 141p.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293p.

DUPUY, J-P. Introdução à crítica da ecologia política: da ecologia à crítica radical da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 13-35.

FOUCAUL, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 288p.

GONÇALVES, C.W.P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996. 148p.

GUATURA, I. S. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC Lei no 9.985, 18 jul. 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II, 2000, Campo Grande. Anais..., Vol. I. Campo Grande: 2000. p.26-35

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

_____. Territórios Alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 173p

IBAMA. Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1989. 192p.

IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1982.

LIMA, G. S. Criação, Implantação e Manejo de Unidades de Conservação no Brasil: estudo de caso em Minas Gerais. Tese (doutorado em Ciência Florestal). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003. 76p.

MAIMON, D. Política Ambiental no Brasil. In: MARMON, D. (org.). Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992. p. 59-76.

MAY, T. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288p.

MILANO, M. S. Mitos no manejo de Unidades de Conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, Campo Grande. Anais..., Vol. I. Campo Grande: 2000. p. 11-25.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: 1997. p. 3-21.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 392p.

_____; SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 473p.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. N.; GOMES, P. C. C.; CORREIA, R. L. (orgs.). Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

UNE, M. Y.; LOURO, Z. C. L. Áreas Especiais. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p 113-129.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991...
In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.). Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

Anexo

Informações recolhidas na visita ao Parque Nacional do Itatiaia

Roteiro base das entrevistas:

- Como foi o processo de criação do parque?
- Quais os conflitos gerados por esta criação?
- Quais as principais discussões desenvolvidas ao longo do processo? Que concepções existiam?
- Quais os principais debates hoje em dia?
- Qual seria a forma de criação capaz de não gerar estes conflitos?

1) Luís Sérgio Sarahyba, diretor de uso público do Parque Nacional do Itatiaia.

1 – O que sei dizer é que, antes de ser declarado como parque em 1937, a área era uma estação biológica, sob a administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Há algumas pessoas (moradores antigos da área, ex-funcionários do parque, funcionários de ONG`s) que podem contribuir com a pesquisa em relação a isso: Dora Donati, Lúcia Teixeira, Sônia Tomás, Carlos Eduardo Zican, Edgar Kuhlmann. Seria interessante também conhecer um livro chamado “O parque nacional do Itatiaia”, escrito por Wanderbilt de Barros, que foi gerente do parque durante muito tempo. Foi na administração dele que se implantou toda a infra-estrutura que o parque tem hoje.

2 – O Estado não cumpriu com os processos de desapropriação, porque não tinha o dinheiro necessário. Há uma série de problemas no parque: moradores (cerca de 200 residências e 7 hotéis) com seus animais domésticos, presença de gado (sobretudo nas divisas do parque no estado de Minas Gerais), o acesso clandestino, as queimadas e incêndios, e a extração de palmito e de candeia.

O presidente era Getúlio e tinha também o cenário de um ponto de fuga, de um refúgio, por estar perto dos grandes centros. Onde hoje é a sede, já foi casa da presidência, do Ministro da Agricultura, até ser parque.

4 – Já se pensou em modificar a categoria, em função das dificuldades de fazer a regularização fundiária, mas não avançamos neste sentido. O Conselho do parque tem algumas Câmaras Técnicas, que são responsáveis por discutir e propor soluções em relação a alguns temas, como: questão fundiária e ecoturismo.

Os principais problemas hoje são: a questão fundiária (que se comporta como que em ciclos, onde o debate fica mais ou menos aceso de acordo com os acontecimentos); o uso que os moradores fazem de suas propriedades e os animais domésticos; a segurança dos visitantes; e a existência dos hotéis, que são do parque na hora de vender os pacotes turísticos, e não o são na hora de cumprir com as regras de uso.

5 – O decreto 84017, propõe a criação de um parque ideal, numa área isolada, sem pessoas, sem propriedades. Enfim, algo que não existe. No caso de um parque real, é necessário o desenvolvimento de ações junto às populações locais. Reconhecer as populações tradicionais e os usos que elas fazem, a forma como se relacionam com a área onde se pretende criar o parque.

É preciso também verificar a questão da propriedade fundiária, da regularização. Aí é preciso lembrar que até 1982 o parque tinha 12 mil ha, quando a área é ampliada para cerca de 30mil há, quando é feito o primeiro (e único) plano de manejo Para a extração de urânio, por exemplo, esta regularização é feita rapidamente, mesmo porque o retorno

financeiro é muito rápido. No caso dos parques, onde a riqueza natural não é valorizada, esta regularização é bem menos efetiva. É uma questão de vontade política. Mas os parques muitas das vezes são criados de dentro dos gabinetes, a partir de fotografia aéreas, e quem tiver que administrar que se vire.

É muito recente encarar os parques de uma maneira que não seja estritamente conservacionista/preservacionista.

- 2) **Edgar Kuhlmann, Geógrafo, professor aposentado da UERJ. Reside na Serrinha desde 1980. O envolvimento com o parque nacional é mais indireto do que direto. É membro do Conselho Consultivo, representante da APROPANI – Associação de Proteção do Parque Nacional do Itatiaia, uma ONG fundada por Hélio Gouveia e família na década de 1980, com o objetivo de dar suporte técnico para o parque, que não tinha pessoal suficiente.**

1 – Pouco depois da criação conheci o parque (1942, com Wanderbilt na direção), para fazer trabalhos de Biogeografia. O parque estava ainda em fase de implantação da infra-estrutura. Nesta época havia muita coleta de insetos na área do parque.

Depois da fase de implantação da infra-estrutura, houve um declínio das atividades, uma redução da verba disponível. Não havia funcionários em número suficiente, nem equipamentos para a gestão do parque. As atividades culturais e científicas também ficam bastante reduzidas. É no auge deste abandono que surge a APROPANI, a Frente de Proteção da APA da Mantiqueira – FEDAPAM (1985), a APA da Serrinha (1987).

2 / 4 – O problema fundiário é o principal. O parque foi criado pelo Barão de Mauá, que tinha uma área enorme ali dentro. Ele cedeu ao Governo Federal, sob responsabilidade do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Mas o governo não teve o dinheiro para fazer as desapropriações. Aí os moradores continuam lá. A existência de um hotel dentro do parque é uma coisa muito séria. São as propriedades privadas que causam o impacto mais evidente. De certo modo eles prestam um serviço ao parque, colaborando em casos de incêndio ou outras emergências.

O problema dos incêndios é o segundo maior, porque não depende exclusivamente da segurança interna do parque. Todo o entorno é rodeado por fazendas de gado, onde se origina a maior parte deles. E não há recurso natural (água) e nem financeiro para apagar os incêndios. Na época em que os incêndios ficaram mais frequentes e intencionais, passamos a denunciar esta atividade à justiça, através da APROPANI.

Outro problema é a visitação, principalmente no planalto. A formação de trilhas é um problema que deve ser combatido, porque descaracteriza a vegetação e gera voçorocas.

5 – Não há. Toda área de proteção vai criar conflitos com os proprietários da área. O ser humano não vai permitir que mexam com seus direitos adquiridos sem se manifestar.

- 3) **Luís Felipe César, Secretário Executivo do Conselho Consultivo do parque há 4 anos. É secretário de Meio Ambiente de Resende, representando também as relações entre a prefeitura e o parque. É diretor da ONG Crescente Fértil, com sede na Serrinha, e voluntário, enquanto morador da Serrinha, em alguns eventos como os incêndios.**

1 – O parque é criado num momento em que o Estado Brasileiro estava muito forte, investindo pesadamente na implantação. O parque chega a ter 60 funcionários. Com o

correr do tempo, o Estado vai se enfraquecendo, e se tornando menos presente. Os investimentos caíram muito. Há cerca de 40 anos atrás estávamos no auge do abandono. Depois disso o parque começa a se recuperar lentamente. Houve um convênio com a Petrobrás, que fez investimentos como forma de compensar um evento em que a empresa poluiu a Baía da Guanabara. Houve recentemente dois concursos do IBAMA, a criação da APA da Mantiqueira, que contribui imensamente na gestão da zona tampão. Em 1982 ocorre a ampliação da área do parque, uma ação do Governo Figueiredo para amenizar a destruição de outras UC's, quando da implantação da usina hidrelétrica de Itaipu. Nesta ampliação as terras não foram desapropriadas, de modo que as áreas que eram de pastagem continuam sendo, ainda têm gado. O parque não foi efetivamente implantado nestas áreas. Na realidade o problema da regularização fundiária se arrasta desde 1937, pois nunca houve dinheiro para fazer as desapropriações. Só as áreas de mata, dentro da área do parque, é que são, efetivamente parque.

O Itatiaia sempre foi um parque muito visado. Pelo poder público, pelos turistas, pelas ONG's. Nos anos 90, com a criação da APROPANI, estabelece-se uma rede de "amigos do parque". O GEAN – Grupo Excursionista das Agulhas Negras fez campanha de prevenção do fogo, tentando adquirir recurso financeiro para os gastos mais imediatos no combate ao fogo, pois a burocracia do Estado atrapalha muito.

Em 2002 ocorre a criação do Conselho Consultivo, que foi um processo pioneiro, pois ele foi criado de forma participativa. Mobilizou-se cerca de 70 organizações, que de alguma forma estavam ligadas ao parque, das quais selecionou-se 12 ONG's e 12 entidades governamentais, que estavam mais aptas a atuar no conselho. O conselho institucionaliza este grupo de organizações na gestão do parque.

2 – O parque é criado no modelo norte-americano, que é bem menos articulado com as comunidades de seu entorno (ou mesmo de seu interior), do que os parques europeus. Na inauguração tem uma foto do Getúlio Vargas ao lado do diretor geral de parques dos Estados Unidos. A política ambiental brasileira tem toda uma história de autoritarismo, com as populações tendo que se adaptar a isso.

3 – Primeiro o conflito fundiário, pois há um interesse econômico da população rural do entorno na produção de leite. Com a criação há uma restrição do espaço físico, e a existência da fiscalização. Há uma cultura de autonomia no meio rural, que passa a ser quebrada com a existência do parque. Num segundo momento há o interesse fundiário nas áreas de Penedo e Mauá, que crescem muito em direção ao parque. O parque coíbe de forma insuficiente, mas quando o faz, há a geração de conflitos.

Há também o conflito com os moradores de dentro do parque, que reacendeu recentemente com o surgimento de um documento do governo do Estado de São Paulo, que em virtude da regularização fundiária, não são mais permitidas ampliações ou reforma nas propriedades que estão na área do parque. No lançamento da campanha dos 70 anos do parque, na presença da Ministra Marina Silva, houve uma manifestação com um número considerável de moradores pedindo explicações sobre as desapropriações.

4 – A questão fundiária interna está numa fase de debate forte. As normas de uso público também têm sido amplamente discutidas na câmara técnica de turismo de montanhas.

O aumento da entrada na parte alta do parque (de R\$ 3,00 para R\$ 12,00) e a proibição da circulação de carros geraram um conflito sério. Resolvido através do conselho (circulação de carros), e assimilado pela sociedade (preço)

Há também a questão do uso do fogo por parte dos proprietários rurais do entorno, que gera conflitos.

Outro conflito ocorre pela retirada de palmito da área do parque, não só pela população do entorno como por pessoas vindas de outros municípios.

5 – O parque ideal se cria numa área realmente não habitada, e onde, além disso, não haja pressões externas sobre ele. Ou talvez se criado com uma concepção clara da função daquela área, com a concepção de um turismo ecológico. Ou o parque criado como consequência da consciência das pessoas. Acho que é nesta forma que devemos investir. Um somatório de áreas preservadas de caráter privado, destinadas à conservação dos recursos e da biodiversidade, e não ao uso público.

Uma estratégia para a superação de conflitos é tornar o parque um gerador de renda, através do ecoturismo e da agricultura orgânica nas áreas de entorno. Pois acho que mais do que os limites, ao geradas oportunidades com a criação do parque.

4) Sônia Tomás, funcionária aposentada do parque, transferida do MEC em 1979. Atualmente reside com o marido e os filhos numa propriedade no interior do parque. Realizou um estudo sobre a situação fundiária do parque.

1 – O governo loteou esta área com o objetivo de constituir colônias agrícolas para a produção de frutas européias, com mão-de-obra estrangeira, antes de criar o parque aqui. Isso em 1909. A partir de 1914 o Jardim Botânico passou a fazer pesquisas aqui na área, e com este interesse dos pesquisadores, e por conta da devastação que se cria o parque.

A idéia inicial era formar dois núcleos coloniais (um em Itatiaia, e outro em Visconde de Mauá), nas terras compradas do Comendador Henrique Lineu de Souza em 1909. Os lotes eram de 250.000m². As terras que não foram aproveitadas pelos colonos foram doadas para o exército.

Em 1927 é criada a Estação Biológica, sob administração do Dr. Campos Porto do Jardim Botânico. Nesta época havia aqui viveiros de mudas, estufas e outras estruturas.

2 – A partir da formação do parque, do crescimento, as propriedades foram crescendo também. O conflito fundiário é também um conflito de interesses. De conservação, e de uso. Ao meu ver, Wanderbilt conseguiu, na década de 40, conciliar o turismo, a preservação, as moradias.

3 – O grande diferencial do parque para a estação biológica é o objetivo de conservação da área. Antes aqui era só um posto de pesquisa do Jardim Botânico.

4 – Em relação às desapropriações. É possível desapropriar casas boas e grandes para demolir? Ou serão realizadas concessões de uso? O que o parque deveria fazer é comprar as áreas das propriedades que já estão cobertas de mata. Que é efetivamente parque. E assim espremer as casas no meio da mata impedindo elas de crescer. Mas estas terras o IBAMA não quer comprar, porque nelas a situação (pra eles) já está resolvida.

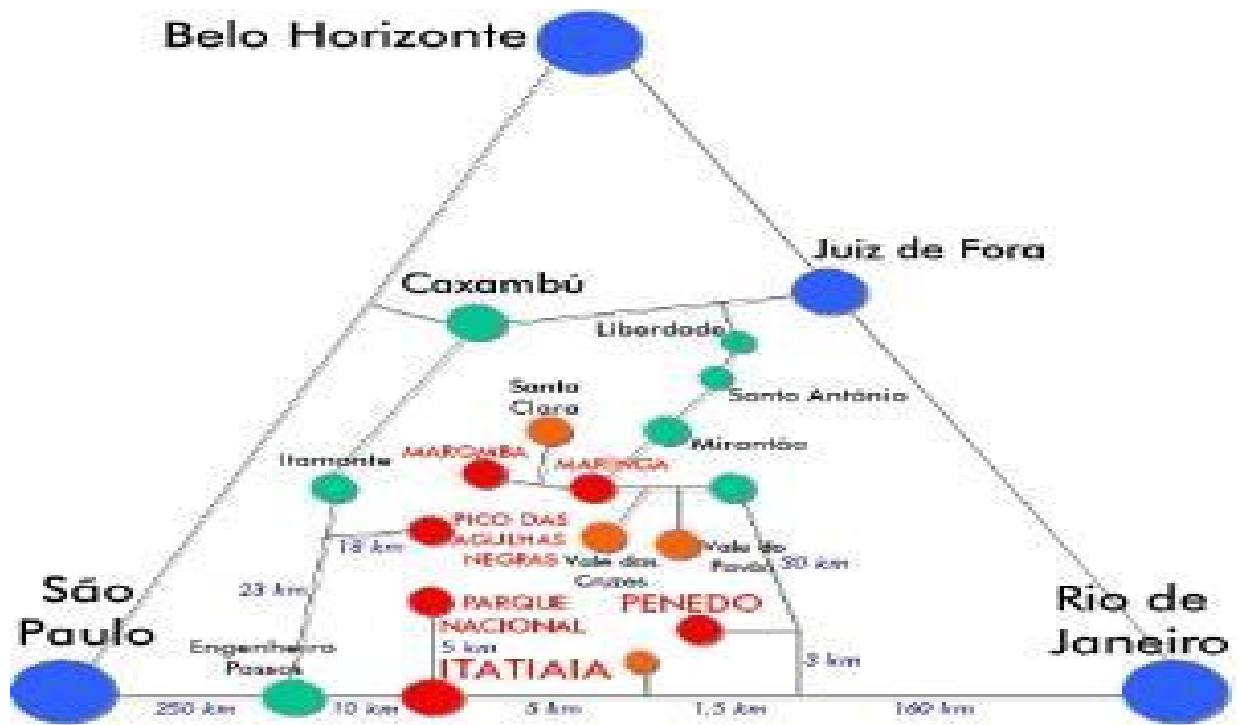
5 – Eu não acredito em convivência pacífica entre o homem e o meio ambiente. O homem só protege até que o dinheiro entre em cena.

Aqui no parque temos que ver que os proprietários têm direitos, muito embora não se

reconheça isto. Para criar sem problemas, o governo tinha que dar um jeito de tirar as pessoas antes de criar o parque.

Eu sou pessimista com relação à convivência pacífica (no sentido da preservação) entre o homem e a natureza.

Figura 1: Localização do Parque Nacional do Itatiaia.



Fonte: http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia